

Salário aumenta, desigualdade continua

Apesar dos ganhos reais do salário mínimo em 2005 e 2006, os indicadores de pobreza e desigualdade baseados em renda do trabalho não tiveram redução na mesma proporção, segundo estudo da FGV. ● **PÁG. B1**

Aumento do mínimo não reduz pobreza no País, mostra estudo

Queda da desigualdade na renda obtida com o trabalho perdeu fôlego em 2005 e 2006, aponta FGV

Nilson Brandão Junior

RIO

A queda da desigualdade na renda do trabalho no País perdeu ritmo em 2005 e 2006, apesar dos ganhos reais do salário mínimo nos dois anos. A conclusão é de um trabalho do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo mostra que houve forte avanço na distribuição de renda entre março de 2002 e junho de 2006. O avanço se concentrou, contudo, no 1º semestre de 2004, período em que não houve ganho real do mínimo. Naquele ano, o dinamismo econômico e o avanço do mercado de trabalho ajudaram a reduzir a pobreza.

"Nos dois últimos anos, em 2005 e 2006, quando ocorreram fortes reajustes do salário mínimo, o resultado tem sido um pouco decepcionante. Os indicadores de pobreza e desigualdade baseados em renda do trabalho não sofreram as reduções que se observava no passado", afirma o chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, Marcelo Neri. De forma geral, diz o economista, efeitos negativos do aumento do mínimo, como desemprego e aumento da informalidade, estão anulando as conseqüências positivas.

O trabalho leva em conta dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE, que abrange as seis principais re-

giões metropolitanas brasileiras. A FGV calculou que a parcela da renda do trabalho apropriada pelos 50% mais pobres subiu de 10,1%, em março de 2002, para 11,62%, em julho de 2004, e chegou a 12,20%, em junho de 2006. Apenas entre abril e julho de 2004, esta participação saltou de 10,5% para 11,62%. Já a parcela dos 10% mais ricos na renda do trabalho caiu de 49,12% para 46,89% entre 2002 e 2006. O indicador que mede a desigualdade da renda do trabalho (índice Gini) recuou de 0,633 para 0,609 em julho de 2004 e alcançou 0,600 em ju-

Salário mínimo não teve ganho real em 2004, melhor ano da série

nho deste ano. A taxa varia de 0 a 1, sendo o ponto zero o que indica a distribuição de renda ideal.

Em paralelo, a parcela de pessoas abaixo da linha de pobreza (renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 120 ao mês) encolheu de 23,95% em março de 2002 para 18,57% em junho de 2006. A maior parte desse avanço já havia ocorrido em 2004, quando a taxa alcançou, em julho, 19,45%.

"O ano de 2004 é muito importante para a redução da desi-

gualdade a partir da renda do trabalho, um ano chinês para os pobres brasileiros", diz Neri. Nesse ano, aumentaram a taxa de participação de pessoal ocupado, as chances de conseguir emprego, o salário-hora e a economia cresceu 4,9%, em um cenário externo favorável.

Segundo o economista, em 2004 o salário mínimo passou de R\$ 240 para R\$ 260 (mas sem ganho real, ou seja, descontada a inflação não houve acréscimo), enquanto o crescimento

real do mínimo foi de 9% em 2005 e 13% este ano.

O trabalho da FGV não abrange a renda total (com transferências de renda e aposentadorias) para o qual o último dado é da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), relativa a 2004. A desigualdade geral será influenciada por programas de transferências de renda não captados na PME, como o Bolsa-Família. Segundo Neri, a série da PNAD começa em 1977 e é certo dizer

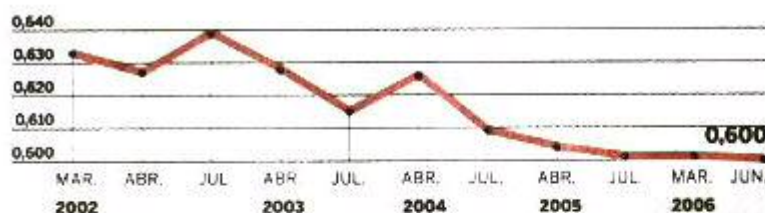
que a desigualdade hoje é a menor no período.

O economista do Ipca Sergei Soares reconhece que a partir de determinado valor o salário mínimo começa a provocar efeitos negativos, como desemprego e informalidade, mas diz que não é possível definir em que nível isso ocorre. Ele vê com cautela os resultados da pesquisa da FGV. "É uma possibilidade, mas não dá para concluir ainda. Acho meio excessivo." ●

EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NA RENDA DO TRABALHO

Coefficiente de Gini

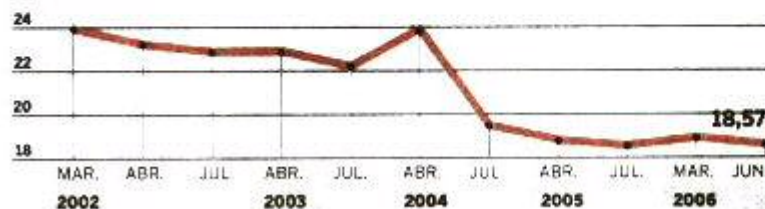
Índice que mede a desigualdade e que varia de 0 a 1; quanto maior, pior



Nível de pobreza

Renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 120 ao mês

EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE

Crescimento da renda do trabalho

Junho de 2006 comparado a junho de 2002

EM PORCENTAGEM

Belo Horizonte	39,60
Recife	19,49
Rio de Janeiro	13,32
Salvador	13,14
São Paulo	12,95
Porto Alegre	8,17

Obs.: com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), feita em cima das seis principais regiões metropolitanas do País

INFOGRÁFICO/AE

Renda sobe em ano de eleição, mas depois volta a cair

RIO

A renda mediana do trabalhador brasileiro cresce 12% em anos eleitorais, mas a alegria dura pouco e no ano seguinte a queda é de 11,9%. É o que mostra um levantamento do Centro de Políticas Sociais da FGV, com base no período de 1982 a 2002. "O problema é que depois da eleição vem a conta e a ressaca", comentou o chefe do Centro da FGV, Marcelo Neri.

Segundo ele, o Brasil ainda é uma "democracia jovem", sujeita a "políticas oportunistas de aquecer a economia antes das eleições para gerar um resultado favorável". "Uma boa notícia é que isso tem se tornado menos forte nas últimas duas ou três eleições. Mas, nas eleições de 1982 e 1986 (para governador) e mesmo 1989 (para presidente), isso foi mais marcado", afirmou. O levantamento não inclui o ano de 1994, no qual não foi realizada a PNAD.

Levando em conta apenas as duas últimas eleições para presidente, o trabalho da FGV mos-

tra que a renda do trabalhador "de todas as fontes" foi 4,3% maior do que em anos sem eleições. De forma geral, as rendas provenientes do trabalho principal foram 3,2% maiores, as de aposentadoria, 6,9%, e as de outras receitas (transferências, basicamente), 24% superiores.

Chama a atenção que nesse mesmo período a renda do grupo funcionalismo público tenha sido ainda superior. O levantamento mostra que os ganhos do funcionalismo municipal foi o maior (8,81%), seguido do estadual (8,08%) e federal (3,63%). Nesses casos, houve reajuste de salários, pois restrições legais impedem contratação em período eleitoral, a não ser na esfera municipal, onde foi detectado aumento de contratação.

Neri preferiu não fazer previsão para 2006, alegando que não há dados disponíveis que permitam análise. "É difícil tirar conclusões a partir de ilações. Mas os dados mostram que isso ocorreu nos últimos anos e a tendência é continuar. Acho que em 2006 há um efeito, por exemplo, do reajuste do mínimo, que segue de alguma forma o ciclo eleitoral. No entanto, a pobreza não caiu", observou o economista. ● N.B.J.

'Não dá para luxo, mas fome não passo'

Carregador perdeu o emprego fixo, mas conseguiu bico em campanha

O ano eleitoral garantiu um aumento de renda para Carlos Henrique Fração Leite, que trabalhava como carregador de caminhão em uma rede de supermercados até abril, quando foi demitido.

Com uma filha de 10 meses, ele vinha fazendo bico como cobrador de van, até ser convidado para distribuir panfletos de campanha política. "Quando fui mandado embora, minha filha tinha só quatro meses, passei muita dificuldade. Só de fralda e pomada, gastava uns R\$ 70 por mês, além dos R\$ 100 do aluguel", diz

ele, que tirava "no máximo" R\$ 300 por mês com os bicos.

Ainda que temporário, o novo trabalho de Leite lhe garante R\$ 100 por semana.

"Não dá para luxo, mas fome a gente não passa. Agora vou poder fazer uma festa de aniversário para minha filha", afirma ele, que convidou outros amigos para o serviço.

Um deles, o motorista Geraldo Leonardo Costa, estava desempregado havia um ano e, na semana passada, assumiu a coordenação do grupo de divulgadores da campanha no Largo da Carioca, centro do Rio, com o mesmo salário.

"Emprego para quem não teve estudo está muito difícil. Só tem trabalho assim", diz

Geraldo, de 26 anos, que tem primeiro grau completo.

O empresário João Franco, dono de uma confecção em São Paulo, conta que precisou demitir oito funcionários este ano. "Vários fatores estão fa-

zendo as empresas demitirem." Ele diz que a concorrência com os produtos chineses e a alta carga tributária e trabalhista foram as razões para o corte em sua empresa. "A pequena empresa é quem em-

prega no Brasil, mas é a que mais sofre. Devia haver uma revisão nas regras." ●

Nicola Pamplona
Ana Paula Lacerda

RIO E SÃO PAULO



AJUDA – Leite (E) ganha R\$ 100 por semana distribuindo santinhos de candidatos

WILTON JUNIOR/AE